



ATA DO IV ENCONTRO DE DIRETORES DE ENSINO DO IFPA

Data: 18 de fevereiro de 2016 (1º dia ã manhã).

Local: IFPA Campus Industrial de Marabá.

No Campus de Marabá Rural após a recepção dos diretores do campus, a pró-reitoria de ensino Elinilze Teodoro abriu a reunião e agradeceu a acolhida do campus e apresentou os objetivos da reunião. Em seguida, o Prof. Leonardo ã diretor de ensino do campus Industrial Marabá apresentou a estrutura do campus, física e de pessoas, dando conhecimento aos presentes do funcionamento do campus. Em seguida apresentou-se Ludiciane (assistente social do Campus Industrial Marabá) que estruturou uma pesquisa sobre evasão dos alunos do campus apresentou as questões e gráficos mais importantes que demonstram que a forma de escolha do curso é essencial para a permanência deste na escola. Seguiu-se para uma visita as instalações do campus e seus equipamentos como laboratório de automação, laboratório de soldagem, espaços admirativos. Retornando a Sala de Reunião a Pró-reitora de Ensino Elinilze Teodoro fez os agradecimentos e apresentou a programação desta reunião, com destaque para a continuidade de ações pactuadas e, 2015. Considerando ser a primeira reunião de diretores de ensino do ano ela apresentou o material impresso do Relatório de Atividades da PROEN em 2015, também como incentivo ao hábito de registramos nossas ações a cada etapa. A seguir a profª Marta Caetano, diretora de políticas educacionais da PROEN, sintetizou o planejamento para 2015 e seu desenrolar como a celeridade no andamento de processos, os encaminhamentos para a construção e reconstrução dos PPPs nos campi, a criação da comissão de análise de calendários, atual quadro de utilização do SIGAA nos campi, parabenizando o campus Belém, e a criação do óFale Conosco-PROENô. Nos comentários referentes a implantação do SIGA-A, foi observado que está havendo dificuldades referentes as notas de aprovação do aluno 2015 quando migram para o novo sistema, que passa a ser 7.0. Assim, é preciso assegurar ao aluno que finalize a sua matriz conforme o seu PPC. O problema já foi indicado ao Coordenador de Registros Acadêmicos. A Pró-reitora relatou que a mobilização dos campi no combate a zica faz parte de uma política pública federal, e que como somos ligados diretamente a essa esfera e devido à capilarização dos campi precisamos nos engajar nela. A Pró-reitora prosseguiu para a resolução 199/2015 de acompanhamento da carga horária docente. Em vista da dificuldade de implanta-la completamente e de imediato, destacou que os gestores devem considerar este primeiro semestre de 2016 como um período de ajustes em que se planeje e organize os mecanismos para a implantação da 199/2015. Sendo que para isso é preciso diálogo com os professores e projeções a curto, médio e longo prazo da necessidade de carga horária docente do campus. O campus Santarém relatou o grande volume na entrada de projetos de extensão com demandas de recursos que faltam ao campus. A Pró-reitora ponderou a necessidade de bom senso e que tais projetos sejam de interesse da comunidade, também porque só serão válidos se corroborados pela PROEX. Samuel falou da compreensão da qualidade dos instrumentos, mas questionou a logística, principalmente pela quantidade de papel envolvida. A Pró-reitora informou que está havendo articulação com a DTI para que parte da fichas sejam eletrônicas, advertiu que, no entanto, a ficha de frequência de aula do docente tem que ter um suporte físico. Isso foi

reforçado por Santarém que citou as diversas auditorias em que eles solicitam tais documentos físicos. Devido outras demandas a Pró-reitora também informou que há espaço para utilização de instrumentos que o campus já possua contanto que contemple todos os itens dos instrumentos presentes na instrução normativa 01/2016 PROEN/PROEX/PROPPG. O campus de Tucuruí falou que a falta da indicação das punições para o descumprimento dos apontamentos da 199/2015. A Pró-reitora explicou que neste caso cabe a aplicação das punições já existentes na lei do servidor público. Tarcísio demonstrou a necessidade de uma errata de conversão, referentes ao item que subdivide os mínimos e máximos dos professores em função de Cd. FG e FCC. Foi procedido alteração no quadro porém o texto não foi modificado. A pró-reitora respondeu que já houve tais encaminhamentos. Edil rememorou que a movimentação para um documento de acompanhamento da carga horária docente remonta 2010 e que a ausência deste vinha causando dificuldades de gestão no ensino. E que, com a atual regulamentação, isso melhorou. A reunião encerrou com esse encaminhamento, os diretores de ensino devem fazer levantamentos prospectivos referentes a carga horária docente no campus e estabelecer planejamentos de estratégias seja pela oferta de FIC, projetos de extensão, disponibilização do professor ou outra medida. Não deve haver precipitações nesse primeiro semestre mas trabalho duro no sentido de implantar possibilidades que permita a alocação nesse semestre e nos próximos. A homologação dos PITs pelos diretores de ensino poderá justificar, nos casos de não atendimento da Resolução, indicando o planejamento que esta sendo estabelecido para breve correção das situações de não atendimento aos mínimos.



ATA DO IV ENCONTRO DE DIRETORES DE ENSINO DO IFPA

Data: 18 de fevereiro de 2016 (1º dia ã tarde).

Local: IFPA Campus Industrial de Marabá.

01 Aos dias dezoito de fevereiro de 2016, às quatorze horas e trinta minutos, foi dado
02 continuidade aos trabalhos do IV Encontro com Diretores de Ensino. A Pró-Reitora de
03 Ensino, Elinilze Teodoro, falou sobre a Resolução 217/2015-CONSUP, que substituiu a
04 Resolução 235/2014 ã CONSUP, sobre a reformulação de PPC, sendo que a reformulação
05 curricular dos cursos em 2016 já deverá ser guiada por este novo instrumento, que
06 acrescentava novos dispositivos legais. Apresentou em seguida a Minuta de Resolução com
07 o Regulamento dos Cursos de Formação Inicial e Continuada ã FIC. Foi entregue cópia e
08 feito leitura com os presentes, a fim de sanar dúvidas e abrir espaço para proposições. Os
09 cursos FIC foram destacados como uma possibilidade para complementação de carga
10 horária dos docentes. Foi destacado a necessidade dos planos de curso preverem
11 mecanismos para o reconhecimento de saberes. Foi explicado que os editais serão,
12 preferencialmente, de chamada pública para cursos com menos de 160 horas e de processo
13 seletivo para cursos com mais de 160 horas. Em ambas as situações os editais não passarão
14 pelo parecer da Procuradoria. Em relação à aprovação dos planos de curso, estes deveriam
15 ser criados por uma comissão específica e submetidos à apresentação do colegiado de curso,
16 quando houver, ao parecer da Coordenação Geral de Ensino ou chefe de departamento ou
17 função equivalente e, posteriormente, ao parecer da Direção de Ensino, Pesquisa, Extensão e
18 Inovação ou órgão equivalente. Os cursos com menos de 160 horas são autorizados pelo
19 próprio diretor do campus. Os cursos com duração superior a 160 horas são encaminhados
20 para parecer da Coordenação Geral de Educação Básica e Profissional e da Coordenação
21 Geral de Educação a Distância, quando for o caso, sendo sua oferta autorizada pela Pró-
22 Reitoria de Ensino. Foi proposto que, nos casos dos cursos com menos de 160 horas, o ato
23 de autorização do curso seja feito pelo Conselho Diretor do campus. Houve votação e a
24 proposta foi aprovada. Foi indagado como seria feito o pagamento da rubrica de curso e
25 concurso aos servidores da comissão responsável pelo processo seletivo, uma vez que a
26 seleção de cursos FIC não prevê taxa de inscrição. Foi definido que ficaria responsável pela
27 seleção dos cursos FIC a comissão de processo seletivo ou uma comissão específica criada
28 para este fim, conforme a organização de cada campus. Foi feita a leitura do apêndice, com
29 a estrutura do plano de curso FIC. Em relação à duração do curso, foi deliberado que a
30 duração para todos os cursos será até 6 meses, tivessem esses a carga horária de 160h, 200h,
31 300h ou 400h. Finalizada a leitura do documento e suas discussões, a minuta da resolução
32 com o regulamento dos cursos FIC foi aprovada pelo grupo de diretores presentes. Foi feito
33 um intervalo para lanche. Os trabalhos foram retomados com uma fala da Pró-Reitora de
34 Pesquisa e Pós-Graduação do IFPA, professora Ana Paula, que informou que estavam sendo
35 feitas articulações com outras instituições para oferta de MINTER e DINTER. Explicou que
36 essas ações contemplavam a demanda de formação dos componentes das equipes
37 pedagógicas dos campi, embora a oferta não fosse direcionada exclusivamente aos mesmos.
38 Também explicou que a Organização Didática da Pós-Graduação do IFPA estava em vias de

39 aprovação. Também estava em vias de aprovação a Resolução dos PPC de cursos de pós-
40 graduação. Foi dado orientações sobre os procedimentos necessários para criação de cursos
41 de mestrado. Houve questionamento sobre a utilização de laboratórios do campus por
42 professor externo. A pró-reitora Ana Paula orientou que a melhor forma seria fazer isso
43 através da inserção do professor em um grupo de pesquisa. A Pró-reitora de Ensino
44 agradeceu a presença da Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação e iniciou um momento de
45 acompanhamento à elaboração dos PPP dos campi. O primeiro campus a apresentar o
46 andamento de seu trabalho foi o Campus Rural de Marabá, por meio de sua diretora de
47 ensino, professora Rosimary Scalabrini. A professora Rose falou que o PPP vigente foi
48 construído por meio de discussões com os movimentos sociais do campus em 2010, sendo
49 que o campus estava em processo de reformulação. Foi criado e aplicado um questionário a
50 professores, técnicos, pais e estudantes. Houve discussão coletiva por meio de grupos de
51 trabalho, com manutenção ou proposição de mudanças no texto. Subcomissões foram
52 criadas para apreciar itens não consensuais ou que necessitam ser melhor esclarecidos.
53 Houve subcomissões específicas para trabalhar a articulação ensino, pesquisa e extensão, a
54 assistência estudantil, dentre outros temas importantes. Foi instituída uma comissão de
55 sistematização do PPP, a partir dos debates realizados pela comunidade acadêmica, sendo
56 que o texto sistematizado será submetido à aprovação da referida comunidade em
57 assembléia. A diretora explicou que recebeu o parecer da comissão da PROEN de
58 acompanhamento ao PPP, mas ainda não havia dado retorno porque a comissão de
59 reformulação do PPP no campus ainda não havia se reunido para apreciar esse parecer.
60 Contudo, explicou que essa reunião seria feita em breve, para atender as recomendações
61 dadas pela comissão de acompanhamento da PROEN. Em seguida, houve a apresentação do
62 Campus Abaetetuba, por meio de sua diretora, professora Diselma Marinho, que justificou
63 que não foi possível que o presidente da comissão de reformulação do PPP do campus
64 estivesse presente no encontro com os diretores. Professora Diselma explicou que foram
65 feitas oito rodas de conversas com os docentes para iniciar as discussões. Explicou que o
66 campus não havia avançado em relação à produção escrita, e também não haviam reunido
67 para apreciar o parecer da comissão de acompanhamento da PROEN. A Pró-Reitora de
68 Ensino solicitou que todos os campi enviassem a portaria e o contato do presidente de
69 criação ou reformulação do PPP no campus. Em seguida, foi feito a apresentação do
70 Campus Itaituba, através dos professores Edil, presidente da comissão de reformulação do
71 PPP, e José Antonio, diretor de ensino. Professor Edil explicou que foi feito o PPP e o PDC
72 do campus, contudo, sem haver um processo democrático e participativo, de forma que os
73 documentos estão sendo reformulados, por não serem considerados legítimos pela
74 comunidade acadêmica. Foi criada uma comissão para reelaboração do PPP, em março de
75 2015. Houve participação do campus no Plano Diretor Participativo do município de
76 Itaituba e estudos dos Arranjos Produtivos Locais, através de articulação com instituições
77 como SEBRAE, Consórcio Tapajós, Eletrobrás, AHE São Luiz do Tapajós (Hidrelétricas) e
78 Prefeitura Municipal de Itaituba. Professor Edil falou sobre a área de abrangência do
79 campus e sobre a reflexão que estava sendo feito a respeito da identidade e papel do campus
80 Itaituba nesse contexto. Em seguida, iniciou a apresentação do Campus Altamira, por meio
81 do presidente da comissão de formulação do PPP, professor Caio Borges. No dia 22 de
82 fevereiro de 2016 foi criada a comissão de reformulação do PPP. Caio explicou que iniciou
83 pesquisa de experiências de elaboração de PPP já iniciadas, com os exemplos dos Campi
84 Belém e Marabá Rural, uma vez que o campus Altamira ainda não possui PPP. Foi definido
85 estratégias de primeira consulta e envolvimento da comunidade da Transamazônica e do
86 Xingu. Foi definida a programação e distribuídos convites na rede de ensino, para integrar
87 as redes de educação, Também foram entregues convites nas comunidades. Foram
88 apresentados questionários e textos, adaptados das experiências de Belém e Marabá Rural, a
89 partir da realidade do Campus Altamira. Foi estipulado prazos para que a comunidade

90 respondesse ao questionário. Também foi criado um fórum e audiências públicas nos
91 municípios de Vitória do Xingu, Brasil Novo e Altamira. Aos sete demais municípios de
92 abrangência do campus foram aplicados questionários e formulários. Nas audiências
93 públicas, toda a equipe de elaboração do PPP estará presente. Na aplicação dos
94 questionários, serão enviados dois servidores da equipe. Nas audiências públicas, serão
95 apresentados os dois eixos tecnológicos trabalhos no campus, para apreciação e proposições
96 dos municípios. Também serão apresentados quatro eixos tecnológicos propostos pelo
97 campus. Professor Caio encerrou sua fala apresentando o cronograma de elaboração do PPP.
98 A construção do PPP será finalizado em abril, havendo uma segunda consulta pública para
99 apreciação do documento antes do envio para a PROEN em maio de 2016. Em seguida, foi
100 feita a apresentação do Campus Belém, por meio da presidente da comissão de PPP do
101 campus, professora Adriana Porto. Adriana explicou que foi feita consulta pública por meio
102 de questionários disponibilizados para cada categoria da comunidade acadêmica, no site do
103 campus. O período de disponibilização estava inicialmente previsto para 14 de dezembro de
104 2015 a 30 de janeiro de 2016, mas foi estendido até 05 de fevereiro de 2016, em função do
105 recesso dos professores. Houve ampla divulgação dos questionários por meio dos emails
106 institucionais, nos setores através de uma mobilização ócorpo a corpo e utilizando redes
107 sociais. Houve uma reunião no dia 23 de fevereiro de 2016, com a presença de 143
108 professores, e um dos pontos da pauta foi o PPP, sendo feitas orientações quanto ao
109 preenchimento dos questionários e exposição da preocupação da comissão pela pequena
110 participação dos docentes no preenchimento do instrumento, pois apenas 8 de cerca de 300
111 professores haviam participado; somente 7 técnico-administrativos, nenhum pai ou
112 responsável e 42 estudantes. Após o dia 05 de fevereiro de 2016, foi constatado que 27
113 professores, 18 técnico-administrativos, 04 pais e responsáveis e 49 estudantes preencheram
114 o questionário. Através das informações coletadas, foi possível avançar na elaboração do
115 texto do PPP. Dia 19 de fevereiro de 2016 será realizada uma reunião com representantes de
116 turma, sendo o principal ponto de pauta o PPP, onde será disponibilizado um questionário
117 simplificado aos que não participaram do preenchimento. Nos dias 22 e 23 de fevereiro,
118 haverá reunião com os pais e responsáveis, com o mesmo propósito. Após o dia 23 de
119 fevereiro, será feita a análise das respostas e a tabulação dos dados. Está em fase de
120 planejamento o II Seminário para construção do PPP, que será realizado nos dias 27 e 28 de
121 abril de 2015. Uma versão preliminar do PPP será apresentada à comunidade, para que
122 sugestões sejam enviadas até 18 de maio de 2016. Após o seminário, será elaborada a versão
123 final do PPP e encaminhada a PROEN em junho de 2016. Iniciou a apresentação do Campus
124 Tucuruí, com a apresentação da psicóloga Ana Carolina, que estava representando o
125 presidente da comissão do PPP no campus, que não pôde estar presente. Ana Carolina
126 explicou que foram realizadas audiências públicas para ouvir as demandas da comunidade,
127 que foram divulgados aos quatro municípios de abrangência do campus. Também foi feito
128 estudos dos arranjos produtivos locais. O diretor de ensino do campus, Samuel Borges, falou
129 que a comissão foi dividida em subcomissões para avançar na construção do PPP,
130 considerando as normativas legais e as demandas da sociedade. A professora Adriana Porto
131 informou que a comissão responsável pelo PDC do campus pediu que fosse solicitado a
132 PROEN para que esta dialogasse com a PRODIN, a fim de que houvesse entendimento de
133 que a construção do PDC só pode ser feito após a produção do PPP, conforme já orientado
134 pela PROEN. O pedido foi feito considerando que a referida comissão tem sido cobrada
135 pela PRODIN a finalização da produção do PDC. A Pró-Reitora de Ensino explicou que de
136 fato a produção do PDC de fato é posterior à produção do PPP, contudo haviam itens do
137 PDC que não prescindem de aprovação prévia do PPP, o que não impedia que as comissões
138 trabalhassem de forma simultânea, uma subsidiando a outra. Em seguida, foi realizada a
139 apresentação do campus Parauapebas, pela diretora de ensino Márcia Adriana. A diretora
140 iniciou falando que a comissão de reformulação do PPP foi reformulada. Apresentou o

141 cronograma de trabalho, sendo que já havia sido feito estudos bibliográficos, criação de
142 comissão e emissão de portaria, reunião de discussão e realização da primeira parte do PPP
143 e envio para a PROEN, sendo que o campus ainda não havia recebido parecer da comissão
144 da PROEN. Nos meses de fevereiro a abril serão realizadas reuniões para discussão e
145 elaboração da segunda parte do PPP. A entrega da segunda parte será remetida a PROEN
146 ainda em abril de 2016. Em maio de 2016, serão iniciadas reuniões para elaboração da
147 terceira parte. A aprovação do texto final será feita em junho, por meio de apresentação à
148 comunidade acadêmica. Também em junho de 2016, o PPP finalizado será remetido a
149 PROEN. Márcia Adriana informou que o PPP estava em fase de discussão e construção do
150 item 4 do roteiro apresentado pela PROEN, com previsão de realização de audiência pública
151 no dia 04 de março de 2016, com a participação de diversos setores convidados da
152 comunidade, servidores e estudantes do campus. Dado o avançar do horário e o fato de que
153 ainda faltavam quatro campi presentes se apresentarem, a Pró-reitora informou que a
154 apresentação dos mesmos seria realizada no dia seguinte. Foi entregue a minuta de
155 Normatização do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC do IFPA, sendo que seria
156 discutido no dia seguinte o artigo referente ao quantitativo de aulas semanais que os
157 professores poderiam dedicar à orientação de TCC. Professor Edivaldo Moura, Coordenador
159 de Educação Superior, que ficou responsável pela revisão da proposta apresentada pelo
160 Comitê das Bibliotecárias, e incorporação de sugestões dos campi, agradeceu aos diretores e
161 coordenadores que enviaram contribuições. A Pró-reitora de ensino também informou que
162 estava sendo elaborada uma minuta de normatização das visitas técnicas. A reunião foi
163 encerrada com a entrega de brindes aos participantes. Sem mais nada a declarar, eu, José
164 Edivaldo Moura da Silva, lavro a presente ata, que segue para apreciação da Pró-Reitora de
165 Ensino.



ATA DO IV ENCONTRO DE DIRETORES DE ENSINO DO IFPA

Data: 19 de fevereiro de 2016 (2º dia ã manhã).

Local: IFPA Campus Industrial de Marabá.

01 Aos dias dezenove de fevereiro de 2016, às nove horas e trinta minutos, foi dado
02 continuidade aos trabalhos do IV Encontro com Diretores de Ensino. Foi dada continuidade
03 às apresentações dos campi, sobre o processo de construção ou reformulação do PPP nos
04 campi. O Campus Bragança iniciou sua apresentação, por meio do professor Robson,
05 presidente da comissão de reformulação do PPP no campus, que expôs o cronograma de
06 execução do processo de revisão e atualização de seu PPP. Foi escolhida uma comissão
07 representativa dos atores da comunidade acadêmica, no mês de fevereiro de 2016. Robson
08 falou sobre as angústias vivenciadas nesse trabalho. A área de abrangência dos campi
09 engloba 18 municípios, sendo que não será possível fazer audiências públicas em todos eles.
10 Serão 3 ou 4 audiências públicas fora de Bragança. Na primeira quinzena de março, será
11 realizada a formação dos membros da comissão. Na segunda quinzena de março, será
12 realizado um seminário de discussão sobre o Observatório do Mundo do Trabalho, com a
13 finalidade de ouvir os egressos. As audiências públicas deverão ser realizadas entre a última
14 semana de março e a primeira semana de abril de 2016. Em maio será realizado um
15 seminário de avaliação e revisão do PPP, sendo que nesse mesmo mês haverá a consolidação
16 dos documentos. Ainda em maio, ao final do mês, os documentos produzidos serão
17 legitimados em assembléias no campus. Em junho, haverá a apreciação do documento pelo
18 Conselho Diretor e o encaminhamento a PROEN. Em seguida, houve a apresentação do
19 Campus Vigia. A professora Camila, representou a coordenadora da comissão de criação do
20 PPP nesse campus, professora Solange, e explicou que as comissões de reformulação do
21 PPP e do PDC são formadas pelos mesmos pessoas. Estão sendo feitas reuniões para debate
22 sobre os ajustes a serem feitos no PPP, e também estão sendo feitos estudos dos arranjos
23 produtivos locais. Em seguida, houve a apresentação do Campus Santarém. O professor
24 Fabrício explicou que a construção do PPP no campus foi iniciada em 2013, havendo a
25 construção de alguns textos, mas sendo que o PPP não foi finalizado. A retomada das
26 discussões ocorreram após a constituição da comissão de elaboração em novembro de 2015.
27 Os novos servidores estão sendo envolvidos na discussão. Tem sido feito sensibilização da
28 comunidade acadêmica, por meio da Ascom, e audiências públicas. Há uma preocupação
29 também com o envolvimento dos técnicos administrativos. Concepções chave tem sido
30 debatidas ao longo do processo, dentre as quais a avaliação. Foi apresentado o cronograma
31 de elaboração do PPP. Entre os meses de fevereiro a abril de 2016, o documento provisório
32 será apresentado para debate em seminários, reuniões e ciclos de debate. Na semana
33 pedagógica, a comunidade acadêmica será envolvida. Em maio, será feita revisão e
34 validação do documento. O PPP será entregue em junho de 2016. Em seguida, o diretor de
35 Ensino do Campus Paragominas, professor Tarcísio, fez a apresentação do campus.
36 Professor Tarcísio explicou que não foi possível avançar muito em relação à construção do
37 PPP, uma vez que ainda não foi constituída uma comissão. Informou que será constituída em
38 breve, bem como um cronograma de execução. O diretor justificou o atraso na ação em

39 função da necessidade de envolver mais pessoas nessa atividade. Em seguida, a assistente
40 social Terezinha, do Campus Cametá, fez a apresentação desse campus, representando a
41 diretora de ensino do campus, professora Roseane Fernandes. Informou que foi feita uma
42 articulação com a comunidade, por meio de três reuniões ampliadas, havendo o propósito de
43 fazer uma audiência pública nas áreas de abrangência. Por enquanto, a discussão está sendo
44 setorizada, no próprio campus. Na primeira reunião, já foram definidos os eixos temáticos,
45 tendo se sobressaído recursos naturais e tecnologias de informação. Já foi instituída uma
46 comissão no campus. Em seguida, houve a apresentação do Campus Óbidos, pela diretora
47 de ensino do campus, professora Sidclay Santos Furtado. Informou que o campus era
48 recente, sendo que sua portaria de funcionamento foi publicado em 2013. A diretora
49 informou que tem feito visitas às comunidades do entorno do campus, que são
50 predominantemente rural. Informou que resgatou junto a PRODIN um estudo sobre os APLs
51 de Óbidos. As comunidades são rurais tradicionais, pesqueiras e quilombolas. A importância
52 do campus é imensa para o atendimento das demandas sociais dessas comunidades. Há
53 poucas empresas no município, dificultando a criação de parcerias para garantir locais de
54 estágio aos estudantes. Foram feitas audiências nas comunidades e uma articulação com a
55 Casa Familiar Rural, a FETAGRI e o Conselho Estadual Quilombola, que estão ajudando a
56 mobilizar as comunidades para as próximas audiências. A portaria da comissão de
57 formulação do PPP ainda não saiu, por estar faltando regularizar o siape de alguns membros.
58 Em seguida, houve a apresentação do Campus Industrial de Marabá, pela professora
59 Lidislaine. A mesma informou que em outubro de 2015 foi instituída a comissão de revisão
60 do PPP. O cronograma prevê que até abril a minuta ficará pronta, sendo feita revisão em
61 maio e entrega do documento final em junho de 2015. Em fevereiro, serão retomadas
62 reuniões para retomar a construção do documento, bem como audiências públicas.
63 Encerradas as apresentações de todos os campi, a Pró-Reitora de Ensino, professora Elinilze
64 Teodoro, falou sobre a importância da definição das diretrizes e concepções de ensino da
65 instituição, uma vez que a indefinição desses elementos fazia com que o campus perdesse a
66 oportunidade de apresentá-los aos seus servidores e a toda a comunidade. Encorajou os
67 campi que possuíam poucos servidores a dar celeridade à elaboração do documento com os
68 servidores disponíveis. Lamentou a ausência dos representantes dos campi Conceição do
69 Araguaia, Castanhal e Ananindeua, não sendo possível portanto conhecer o andamento dos
70 trabalhos de revisão do PPP nesses campi. A professora Edivalda, diretora de ensino de
71 Santarém, falou sobre a necessidade de apresentar as limitações de cada instituto, uma vez
72 que a comunidade apresenta demandas que os campi têm assumido sem as condições
73 necessárias para a oferta. Enfatizou a necessidade de criar projetos para os quais se tenha
74 condições de executar. A Pró-Reitora de Ensino voltou a encorajar os campi para a
75 continuidade dos trabalhos, com prudência de acordo com a realidade de cada campus, e
76 colocou a equipe da PROEN à disposição de todos para auxiliá-los no que for necessário.
77 Em seguida, apresentou a Regulamento de TCC, com o Regulamento de Elaboração,
78 Redação de Trabalho Acadêmico de Conclusão que, ao lado do Manual de Normalização de
79 TCC, passava a instruir o processo de elaboração desse instrumento no IFPA. Foi colocado
80 em pauta o artigo 17, onde está previsto que o número de TCC por orientador não pode
81 exceder a três por semestre letivo, com carga horária de duas horas semanais a ser
82 computadas no PIT. A professora Alexsandra Vasconcelos, diretora de ensino de Bragança,
83 sugeriu que fossem definidas linhas de pesquisa no Projeto Pedagógico do Curso, para
84 facilitar o trabalho de definição dos orientadores. O professor Edivaldo Moura informou que
85 as linhas de pesquisa já estavam previstas no Regulamento. A Pró-Reitora de Ensino
86 submeteu à apreciação dos presentes a proposta do máximo de três trabalhos de conclusão
87 de curso por semestre, conforme previsto no Regulamento, para que os campi informassem
88 se essa regra contemplava a realidade dos mesmos. Após discussão, foi definido que a
89 redação seria mudada, para que o número máximo de trabalhos orientados por um professor

90 por semestre não excedesse a seis. Professor Samuel Borges considerou duas horas
91 semanais pouco tempo para orientar seis TCC. A Pró-Reitora de Ensino disse que o
92 professor não precisa dedicar duas horas para cada dupla orientada, podendo marcar
93 distribuir as orientações ao longo do semestre. Professor Samuel expôs que seu
94 entendimento é de que as duas horas semanais deveriam ser dedicadas à orientação de uma
95 dupla. Segundo esse entendimento, cada dupla seria orientado presencialmente apenas a
96 cada um mês e meio. A professora Rosineide Lourinho argumentou que o tempo de
97 orientação para cada trabalho é imprevisível, dependendo da realidade de cada estudante e
98 de cada trabalho pesquisa, e enfatizou que não havia somente a orientação presencial, mas
99 também a possibilidade de complementar a orientação através de emails. Ao final das
100 discussões, foi definido que o máximo de trabalhos orientados por orientador seriam seis.
101 Os participantes destacaram a necessidade de previsão de procedimentos a serem adotados
102 mediante a detecção de plágio ou compra de trabalhos. Edivaldo Moura explicou que ambas
103 as situações estavam previstas no Regulamento, sendo que sua detecção ensejaria o
104 anulamento de todo o processo de elaboração de TCC, devendo o estudante recomençar do
105 zero, estando ainda sujeito a penalidade administrativas e civis. Apresentou modelos de
106 instrumento que estavam em anexo ao regulamento, incluindo termo de aceite, termo de
107 depósito, declaração de autoria, ficha de solicitação de ficha catalográfica, ata de TCC, ficha
108 de avaliação de TCC, ficha de acompanhamento do orientador, dentre outros. Os
109 participantes foram informados que, caso tivessem sugestões de alterações nesses
110 instrumentos, poderiam encaminhar até o dia 24 de fevereiro de 2016. A Pró-reitora de
111 ensino entregou o relatório de utilização do Sistema SIGAA. Informou que foi feita a
112 abertura do semestre 2015.2, obedecendo ao calendário de cada campus e deu outras
113 orientações. Em seguida, apresentou o mapa da oferta de EJA nos campi, onde alguns já
114 tinham atos para essas ofertas, enquanto outros ainda estavam em tramitação. Relembrou a
115 todos do compromisso de cada campus ofertar pelo menos uma turma de EJA em 2016,
116 sendo que em 2017 deveria ser obedecido à legislação, que prevê a oferta de 10% das vagas
117 por meio de EJA. Foi discutido sobre a necessidade da articulação com as redes municipais
118 e estadual de ensino, e com os fóruns de ensino, para viabilizar a oferta. A Pró-Reitoria
119 solicitou que fossem relatadas a PROEN eventuais dificuldades quanto a essa articulação.
120 Foi dado um pequeno intervalo para lanche. Em seguida, a Pró-Reitora de Ensino
121 apresentou orientações para análise e encaminhamento da planilha da RAP e aluno
122 equivalente. Enfatizou a necessidade de todos se apropriarem da compreensão dessa
123 ferramenta, a qual possibilita o conhecimento da realidade de forma a subsidiar ações de
124 gestão quanto à oferta de turmas, lotação de professores, etc. Além disso, a utilização da
125 ferramenta tem impactos financeiros para o campus. Agradeceu a celeridade de todos no
126 preenchimento da planilha, o que deve representar um salto no gerenciamento do ensino.
127 Informou que se, embora o número ideal fosse 20 estudantes por 1 professor, se a RAP
128 estiver a partir de 15/1, a situação não seria dramática, mas que abaixo de 10/1 seria. Falou
129 que uma grande discrepância dos resultados poderiam apontar para o pequeno número de
130 estudantes ou de professores. Apresentou uma planilha do SISTEC, onde a mesma distingue
131 e dá tratamento diferente aos campi consolidados (com mais de 5 anos), e não consolidados
132 (com menos de 5 anos). Apresentou um dos parâmetros do SISTEC é a eficiência
133 acadêmica, que considera a percentagem de estudantes que concluem o curso no tempo
134 previsto, o que influencia a dotação orçamentária. Chamou a atenção para que os campi
135 fizessem a atualização de suas informações no SISTEC, e sobre a necessidade de
136 apropriação dos vários indicadores. Informou que o IFPA irá solicitar um período
137 incondicional ao SISTEC, para que os campi pudesse fazer correções de períodos anteriores.
138 Recomendou a atualização do SISTEC e manutenção do mesmo em dia com a realidade
139 acadêmica do campus, considerando que o aluno com o status óem cursoô no SISTEC é
140 definido como o aluno que está dentro do tempo previsto para integralização. Foram lidas

141 diversas outras recomendações, constantes no documento de orientações para análise e
142 encaminhamentos da planilha RAP e aluno equivalente entregue na reunião. A Pró-reitora
143 salientou que todos os instrumentos apresentados apontavam para o fato de que temos
144 poucos alunos nos campi, e devemos trabalhar em correções e pensar em estratégias para
145 solucionar esse problema. Encerrado o período de correção, seria hora de incrementar as
146 ofertas. A pró-reitora tranquilizou a todos, enfatizando que essa ação não necessita de
147 alarmismo, mas de um planejamento bem feito, para que paulatinamente os problemas
148 fossem solucionados. Encerrou-se a programação da manhã às doze horas e trinta minutos.
149 Sem mais nada a declarar, eu, José Edivaldo Moura da Silva, lavro a presente ata, que segue
150 para apreciação da Pró-Reitora de Ensino do IFPA.



ATA DO IV ENCONTRO DE DIRETORES DE ENSINO DO IFPA

Data: 19 de fevereiro de 2016 (2º dia ã manhã).

Local: IFPA Campus Industrial de Marabá.

01 Na tarde de sexta-feira a pró-reitora iniciou a reunião tratando do plano de formação
02 docente. Apresentou a proposta da comissão que trata desta pauta da especialização ocorrer
03 por eixos, no entanto sendo iniciada por uma etapa comum a todos. Mostrou uma planilha
04 contendo os nomes e formações dos docentes por campus do ano de 2014 e outra preenchida
05 pelos campi durante o período da avaliação institucional. Considerando a proposta por eixo
06 é preciso mapear a formação dos docentes que precisam desta especialização. Para isso as
07 planilhas serão reencaminhadas aos campi com o acréscimo de mais duas colunas, uma para
08 o preenchimento da graduação do docente e outra indicando se o docente atua em área
09 diversa a sua graduação. O retorno dessas informações para PROEN ficou marcado para
10 quatro de março de 2016. A pró-reitora prosseguiu explicando que, depois de identificados
11 os eixos, estes planos de cursos serão encaminhados ao campus com mais expertise na área,
12 e que estes devem dar entrada no plano da especialização para a PROPPG. Posto que, a
13 própria PROEN não pode ofertar cursos. Portanto, a responsabilidade sobre a tramitação do
14 plano da especialização será do campus. A próxima pauta de reunião foi apresentada pela
15 profª Marta Caetano: o planejamento de estratégias de permanência e êxito. A profª
16 informou o andamento dos trabalhos da comissão, a planilha com o levantamento do status
17 dos alunos pelo SCA e o motivo desta última ação ter sido interrompida. Uma vez que, por
18 consenso, a comissão entendeu ser mais pertinente usar os dados do SISTEC. Inclusive com
19 base de que a SETEC utilizará as informações deste que já foram extraídas e apresentadas
20 em planilha. A partir disso, houve a filtragem dos nomes e endereços de alunos que serão
21 enviados para os campi. A partir de uma proposta de questionário elaborado pela comissão
22 que deve ser aplicado por todos os campi em no mínimo 30% de alunos de cada categoria,
23 cada campus elaborará seu plano de intervenção. Edivaldo iniciou sua apresentação com os
24 informes que a Coordenadora de Educação Básica, em férias no momento, solicitou que
25 fossem repassados, principalmente o retorno aos campi dos processos que não foram
26 possíveis serem encaminhados em ajustes via email. Edivaldo reforçou o período de nova
27 entrada de processos de PPC na PROEN, incluindo estes que serão reencaminhados e os
28 novos. Retomou pela extrema necessidade de atualização dos PPCs dos cursos superiores de
29 acordo com as novas orientações legais. Destacou os itens de Direitos Humanos, Educação
30 Ambiental, Política de Inclusão Social e Proteção das Pessoas dentro do Espectro Autista,
31 entre outros. Advertiu que não é sempre o caso de ser criada uma disciplina com este
32 assunto, mas dos temas perpassarem todo o currículo. Pediu que cada campus informasse
33 em pé estão suas reformulações curriculares dos cursos superiores. Depois dos relatos dos
34 campi, o Prof Claydson tomou a palavra tendo como foco o PARFOR. O prof iniciou por
35 um apanhado do PARFOR no IFPA e citou a relevância do programa para a realidade
36 paraense. Informou sobre a formação de comissão para a reoferta de cursos pelo PARFOR, e
37 que, devido o prazo, o planejamento de novas cursos deve ser em cursos que já tem
38 aprovação, é claro, com os devidos ajustes a nova legislação dos cursos superiores. A ênfase

39 será na institucionalização dos cursos ofertados em que o campus deve estar apto para essa
40 demanda, tendo como um dos parâmetros a quantidade de professores do próprio campus
41 que são da área do curso que pretende ser ofertado. Para os campi que não tiveram oferta de
42 PARFOR a orientação é que seja feito o planejamento, caso deseje fazer tais ofertas
43 posteriormente. Observou-se a necessidade da mudança do termo ópoloô para os locais fora
44 do campus de oferta de turmas segundo as orientações do MEC em avaliações. Entregou a
45 todos o documento norteador para novas ofertas no PARFOR. A pró-reitora finalizou a
46 reunião com os agradecimentos ao campus anfitrião, cujo representante simbolicamente
47 ópassou a faixaô para o próximo campus a sediar a seguinte reunião de diretores de ensino: o
48 campus Tucuruí.